



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

## COLÉGIO DE DIRIGENTES

ATA Nº 03/2017

1 Aos dezesseis dias do mês de maio de dois mil e dezessete, com início às treze horas e  
2 cinquenta minutos, foi realizada a 3ª Reunião do Colégio de Dirigentes do Instituto Federal do  
3 Rio Grande do Sul. A reunião foi realizada na Sala 203 da Reitoria, localizada na Rua General  
4 Osório, 348, Bairro Centro – Bento Gonçalves. A sessão foi convocada pelo professor Amilton  
5 de Moura Figueiredo, Reitor Substituto do IFRS, coordenada pelo professor Osvaldo Casares  
6 Pinto, Reitor do IFRS e secretariada pela servidora Viviane Campanhola Bortoluzzi. Estiveram  
7 presentes os seguintes membros do Colégio de Dirigentes: Osvaldo Casares Pinto, Reitor do  
8 IFRS; Clarice Monteiro Escott, Pró-reitora de Ensino; Eduardo Giroto, Pró-reitor de Pesquisa,  
9 Pós-graduação e Inovação; José Eli Santos dos Santos, Pró-reitor de Desenvolvimento  
10 Institucional; Tatiana Weber, Pró-reitora de Administração; Fábio Azambuja Marçal, Diretor do  
11 *Campus* Alvorada; Soeni Bellé, Diretora do *Campus* Bento Gonçalves; Mariano Nicolao, Diretor  
12 do *Campus* Canoas; Juliano Cantarelli Toniolo, Diretor do *Campus* Caxias do Sul; Eduardo  
13 Angonesi Predebon, Diretor do *Campus* Erechim; Leandro Lumbieri, Diretor do *Campus*  
14 Farroupilha; Eduardo Echevengua Barcellos, representando o Diretor do *Campus* Feliz; Migacir  
15 Trindade Duarte Flôres, Diretora do *Campus* Ibirubá; Claudino Andrighetto, Diretor do *Campus*  
16 Osório; Marcelo Augusto Rauh Schmitt, Diretor do *Campus* Porto Alegre; Gleison Samuel do  
17 Nascimento, Diretor do *Campus* Restinga; Alexandre Jesus da Silva Machado, Diretor do  
18 *Campus* Rio Grande; Jesus Rosemar Borges, Diretor do *Campus* Rolante; Odair José  
19 Spenthof, Diretor do *Campus* Sertão; Gilberto Luiz Putti, Diretor do *Campus* Vacaria; e Erik  
20 Schüller, Diretor do *Campus* Avançado de Veranópolis. Também participaram da reunião o  
21 professor Getúlio Jorge Stefanello Júnior, Pró-reitor Adjunto de Extensão e Marc Emerim,  
22 Diretor de Gestão de Pessoas. A reunião foi convocada com a seguinte **pauta**: **1. Informes**: **1.a.**  
23 **Vagas de servidores**; **1.b.** **Distribuição dos recursos arrecadados com a inscrição para o**  
24 **processo seletivo**; **1.c.** **TED para compra de livros**; **1.d.** **Realização de audiências públicas**; **1.e.**  
25 **Relato reunião Setec/Conif**. **2. Auxílio Estudantil**. **3. Definição de critérios para alocação de**  
26 **vagas docentes**. **4. Atendimento à Portaria 28**. **Inclusão de pauta**: Assuntos gerais: Sict e  
27 Convênios, solicitação do professor Marcelo Augusto Rauh Schmitt; e informes sobre os jogos  
28 do IFRS, solicitação da professora Tatiana Weber. O professor Osvaldo Casares Pinto

29 cumprimentou a todos e iniciou a reunião pelo item **1. Informes.** 1.a) Relato da reunião  
30 Setec/Conif. O professor Osvaldo Casares Pinto informou que teve a primeira reunião com a  
31 Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica – Setec. Explicou que a primeira parte da  
32 reunião ele foi acompanhado do deputado Mauro Pereira de Caxias do Sul, que levava uma  
33 demanda de construção de um bloco do *campus*. Acrescentou que a Setec escutou as  
34 demandas, mas não deu expectativas, deixando a demanda para ser analisada no segundo  
35 semestre. Informou que foi apresentada a demanda das Funções de Coordenadores de Curso  
36 – FUCs e que segundo a Setec a demanda está em análise. Explicou que também foram  
37 pontuadas questões orçamentárias, citando alguns exemplos. O professor Osvaldo Casares  
38 Pinto informou que o Diretor de Desenvolvimento da Rede, Romero Portella Raposo Filho,  
39 participou da reunião do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação  
40 Profissional, Científica e Tecnológica – Conif e fez uma explanação sobre a fala do diretor: os  
41 limites estipulados serão reavaliados no segundo semestre; sobre a Portaria 28 (vinte e oito), o  
42 dinheiro está na Setec para que as instituições não gastem e que estão previstas liberações  
43 parciais no segundo semestre conforme as necessidades; quanto a Portaria 17 (dezesete),  
44 um grupo de trabalho – GT – está estudando a revisão da mesma; o Projeto Esplanada  
45 Sustentável deixará de existir e será lançado um novo projeto chamado Governo Sustentável.  
46 O professor Osvaldo Casares Pinto informou que existem propostas de alterações da matriz  
47 orçamentária, a saber: aumentar o percentual do aluno de educação à distância sem fomento;  
48 aumentar o valor para os cursos integrados que tem regime integral; pontuar  
49 diferenciadamente os cursos Proeja e cursos da área da saúde. Acrescentou que as  
50 discussões sobre o assunto serão pautadas na próxima reunião do Conif. O professor Osvaldo  
51 Casares Pinto lembrou que também foram apresentadas outras demandas, a saber:  
52 necessidade de intérprete de libras, visto que a portaria com as vagas foi publicada, mas sem  
53 especificar a quantidade por instituição; e alteração de status de alguns *campi* do IFRS por erro  
54 no enquadramento e outros por potencialidades do *campus*. Explicou que a demanda de  
55 mudança de status por erro de enquadramento aparentemente foi bem aceita e que a alteração  
56 quanto as potencialidades voltará a ser discutida. O professor José Eli Santos dos Santos  
57 explicou que existe um GT trabalhando na revisão da Portaria 246 (duzentos e quarenta e  
58 seis), mas que a Setec não está contente com os trabalhos, visto que cada participante está  
59 pensando em seu *campus*. O professor Osvaldo Casares Pinto esclareceu que o Conif não  
60 concorda com a forma de distribuição de recursos apontada pela Setec, que gostaria que fosse  
61 uma distribuição linear. A professora Tatiana Weber informou que existem discussões sobre a  
62 liberação de recursos para as obras, mas que a liberação efetiva não aconteceu. 1.b.  
63 Realização de audiências públicas. O professor Osvaldo Casares Pinto sugeriu explicitar o que

64 está acontecendo com relação aos cortes de orçamento à comunidade, citando as audiências  
65 públicas. Citou o movimento que está acontecendo na Assembleia Legislativa objetivando a  
66 discussão sobre a educação profissional e o impacto das instituições no desenvolvimento  
67 regional. Informou que existe uma audiência programada em Bento Gonçalves no dia 19  
68 (dezenove) de junho na Casa das Artes e sugeriu aproveitar esse evento para expor a situação  
69 e paralelamente fazer movimentos internos regionalizados. O professor Jesus Rosemar Borges  
70 expôs sua preocupação em conversar com a comunidade, devido à divisão política. O  
71 professor Osvaldo Casares Pinto salientou que a fala esta descolada da questão política. O  
72 professor Fábio Azambuja Marçal salientou a necessidade e a urgência das audiências  
73 públicas, dizendo que a instituição deve expor a situação orçamentária e financeira, visto que  
74 nem todos os servidores tem noção do que está acontecendo. Sugeriu a participação do  
75 Colégio de Dirigentes – CD na primeira audiência e fazer um discurso em defesa da instituição.  
76 O professor Leandro Lumbieri sugeriu apresentar o *campus* e a instituição para a sociedade,  
77 apresentando as contribuições para a sociedade e não simplesmente reclamar. Sugeriu  
78 também fazer um trabalho de valorização do *campus* perante a sociedade. A professora  
79 Tatiana Weber explicou que a instituição deve ter 85% (oitenta e cinco por cento) do orçamento  
80 liberado, e que provavelmente 7 (sete) *campi* e Reitoria terão 60% (sessenta por cento) ou  
81 menos do que executaram no ano anterior. Sugeriu fazer ações nos *campi* para  
82 esclarecimentos, visto que nada disso depende de nós. A professora Soeni Bellé informou que  
83 teve uma audiência com o Prefeito de Garibaldi e presidente da Associação dos Municípios da  
84 Encosta Superior do Nordeste - Amesne, para apresentar o *campus* e suas potencialidades.  
85 Apresentou o desconhecimento da sociedade sobre a instituição. Sugeriu investir na  
86 aproximação com a sociedade, buscando apoio desta, além de buscar apoio político para rever  
87 esses limites. O professor Alexandre Jesus da Silva Machado explicou que o *campus* possui  
88 uma parceria muito forte com a prefeitura de Rio Grande. Salientou a necessidade de saber  
89 pedir o que a instituição quer, divulgar tudo o faz e pedir ajuda. Questionou até que ponto  
90 pode-se cumprir a Portaria 28 (vinte e oito). O professor Osvaldo Casares Pinto explicou que os  
91 eventos da Assembleia são para mostrar o que os Institutos fazem para o desenvolvimento  
92 regional, mas que paralelamente será utilizado para apresentar as dificuldades momentâneas  
93 da instituição. 1.c. Vagas de servidores. O Diretor de Gestão de Pessoas, Marc Emerim,  
94 explicou que atualiza a planilha de nomeações de 15 (quinze) em 15 (quinze) dias para  
95 acompanhamento e organização do *campus*. Informou que já foram realizadas 3 (três)  
96 nomeações de docentes previstas para o primeiro semestre do próximo ano e que haverá 15  
97 (quinze) códigos livres. Quanto aos técnicos, informou que a instituição está chegando ao teto,  
98 que resta um pouco mais de 30 (trinta) códigos. Fez alguns esclarecimentos a respeito das

99 remoções e disse que está atuando no sentido de equalizar as unidades. O professor Osvaldo  
100 Casares Pinto explicou que ficou preocupado com a fala da Setec sobre a instituição ter  
101 códigos de nível E a mais. Apresentou alguns números sobre os técnicos, salientando que a  
102 instituição possui um pouco mais de 30 (trinta) vagas para serem ocupadas nos próximos dois  
103 anos. Salientou a importância dos *campi* terem muito critério para a reposição das vagas, pois  
104 provavelmente a instituição não receberá novas vagas. Expôs também a necessidade de  
105 buscar uma equalização, visto que alguns *campi* estão acima de seus limites. Quanto aos  
106 docentes, o professor Osvaldo Casares Pinto explicou que os professores substitutos são  
107 contabilizados no banco de professores equivalentes, reduzindo assim 12% (doze por cento)  
108 do banco. Informou também que a instituição recebeu um ofício da Setec solicitando várias  
109 informações para possível correção de códigos. O professor José Eli Santos dos Santos  
110 apresentou os dados a serem informados à Setec. O professor Osvaldo Casares Pinto explicou  
111 que estas informações estão sendo solicitadas, pois existem muitos códigos parados na rede.  
112 O professor Marcelo Augusto Rauh Schmitt disse que acha prudente ter uma reserva para as  
113 decisões judiciais. O professor Osvaldo Casares Pinto disse que estes códigos estão sendo  
114 utilizados para justificar a nomeação de professores substitutos. 1.d. Distribuição dos recursos  
115 arrecadados com a inscrição para o processo seletivo. A professora Tatiana Weber procedeu  
116 algumas explicações a respeito dos recursos arrecadados pela Fundação de Apoio da  
117 Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Faurgs, a saber: a Faurgs faz a arrecadação e os  
118 pagamentos dos custos operacionais e de algum eventual membro de banca externo ao  
119 serviço público; repassaram o saldo para a instituição via Guia de Recolhimento da União –  
120 GRU em conta de arrecadação própria, que deve estar prevista na Lei Orçamentária Anual –  
121 LOA; todo ano a instituição deve fazer uma estimativa justificada para o próximo ano; a  
122 Secretaria de Orçamento e Finanças – SOF – do Ministério do Planejamento – MP aceita ou  
123 modifica a estimativa prevista; durante o ano, existe a possibilidade de fazer a reestimativa de  
124 receita própria e a SOF libera ou não, de acordo com as justificativas. A professora Tatiana  
125 Weber apresentou os valores constantes na LOA para a fonte citada, salientando que os  
126 valores maiores referem-se à arrecadação de *campi* com produção agrícola e Reitoria.  
127 Acrescentou que o saldo da Reitoria é utilizado para pagamento de encargos e concursos e  
128 que não existe saldo do processo seletivo, visto que o custo de cursos e concursos é alto.  
129 Informou também que existe um Decreto que exige a entrega de fontes do tesouro em troca de  
130 créditos orçamentários para poder utilizar o excesso de arrecadação. Acrescentou que será  
131 elaborado um relatório detalhado dos processos. O professor Osvaldo Casares Pinto falou  
132 sobre a arrecadação do processo seletivo do mestrado. O professor Marcelo Augusto Rauh  
133 Schmitt disse que gostaria que o recurso fosse dividido entre os *campi* e que é muita

134 ineficiência não sobrar recursos. Acrescentou ainda que a Reitoria não é clara na prestação de  
135 contas do processo seletivo. O professor Osvaldo Casares Pinto falou que é necessário colocar  
136 no papel todos os gastos e valores arrecadados para tornar o processo mais transparente,  
137 salientando que o processo é bastante caro. O professor Jesus Rosemar Borges sugeriu incluir  
138 os processos seletivos e concursos nas atribuições dos servidores. O professor Gleison  
139 Samuel do Nascimento disse que a instituição está cortando coisas muito mais essenciais e  
140 que a sugestão de incluir estas atividades nas atribuições deveria ser pensada. O professor  
141 Osvaldo Casares Pinto citou a utilização do Exame Nacional do Ensino Médio – Enem e do  
142 Sistema de Seleção Unificada – Sisu para a redução de custos. Acrescentou também que  
143 acredita ser difícil alguém trabalhar nestas atividades sem receber. O professor Odair José  
144 Spenthof disse que quando o *campus* fazia processo seletivo via fundação própria sempre  
145 sobrava dinheiro, que era repassado via algum benefício para o *campus*, citando o acervo  
146 bibliográfico. Salientou que não dá para acreditar que não sobra recurso do processo seletivo.  
147 O professor Osvaldo Casares Pinto explicou que atualmente tem-se outra realidade, que os  
148 números são outros, citando a redução do valor da inscrição e o aumento do número de  
149 isenções. Encaminhou para a elaboração de uma prestação de contas sobre o processo  
150 seletivo. 1.e. TED para compra de livros. A professora Tatiana Weber informou sobre a  
151 necessidade de fazer um levantamento dos livros que necessitam serem comprados. Explicou  
152 que estão buscando informações para justificar e exemplificar a necessidade do Termo de  
153 Execução Descentralizada – TED, citando as notas de avaliações do acervo e a falta de  
154 recurso. O professor Marcelo Augusto Rauh Schmitt explicou que houve uma denúncia no  
155 *campus* sobre os livros do mestrado, se colocando a disposição para auxiliar. O professor Erik  
156 Schüller perguntou sobre como especificar a demanda, visto que necessitam de 250 (duzentos  
157 e cinquenta mil) para livros e só possui 30 (trinta mil) no orçamento. A professora Tatiana  
158 Weber explicou que nenhum *campus* possui orçamento para a compra de livros, devendo  
159 incluir os livros previstos nas bibliografias básica e complementar. O professor Osvaldo  
160 Casares Pinto salientou a necessidade da bibliografia ser realista, explicando que existem  
161 planos de curso somente com bibliografias em inglês e isto é fora da realidade. O professor  
162 Mariano Nicolao apresentou a experiência tida no *campus* com os avaliadores de cursos. O  
163 professor José Eli Santos dos Santos apresentou os números das avaliações recebidas com  
164 relação às bibliografias. O professor Leandro Lumbieri perguntou sobre a biblioteca virtual. A  
165 professora Tatiana Weber explicou que esta possibilidade está sendo avaliada pelo grupo de  
166 bibliotecários, acrescentando que a bibliografia complementar pode ser via biblioteca virtual.  
167 Acrescentou também que esta aquisição seria paga por custeio e não investimento. 1.f. Jogos  
168 do IFRS. A professora Tatiana Weber informou que o orçamento para pagamento aos

169 estudantes que participarão dos jogos foi repassado, mas o financeiro ainda não. Solicitou que  
170 os empenhos e apropriações sejam realizados, para que, no momento de recebimento do  
171 financeiro, os pagamentos possam ser efetuados. Informou também que pela primeira vez a  
172 instituição não recebeu 100% (cem por cento) do financeiro da assistência estudantil, e para  
173 que os *campi* recebessem 100% (cem por cento), houve um remanejamento pela Reitoria  
174 antes do repasse. Informou também que cada *campus* deverá organizar os servidores para  
175 acompanhar os estudantes, não sendo estipulado um número mínimo de servidores. O  
176 professor Getúlio Jorge Stefanello Júnior explicou que está sendo elaborado um documento  
177 para orientar os alunos sobre a prestação de contas, citando a necessidade de pegar o recibo  
178 de pagamento e fazer a prestação de contas junto ao Departamento responsável. Acrescentou  
179 que foi encaminhado um memorando aos *campi* informando sobre a necessidade de devolução  
180 do recurso não utilizado à Reitoria. **2. Auxílio Estudantil.** A professora Clarice Monteiro Escott  
181 lembrou o acordo sobre a distribuição do recurso do auxílio estudantil e apresentou essa  
182 distribuição em valores. A professora Tatiana Weber informou que recebeu a informação da  
183 Secretaria de Planejamento e Orçamento – SPO de que o contingenciamento também atinge a  
184 assistência estudantil. A professora Clarice Monteiro Escott apresentou também os valores por  
185 grupo e a quantidade de auxílios. Acrescentou que aumentou o número de estudantes que  
186 solicitaram auxílio moradia em relação ao ano anterior. Explicou que a comissão levantou  
187 algumas propostas, fazendo a apresentação das mesmas e salientou a necessidade de  
188 repensar a proposta para o próximo ano, pois o fundo de reserva é pequeno. O professor Fábio  
189 Azambuja Marçal salientou que a Instrução Normativa é um avanço e que as propostas  
190 visaram um período de transição. A professora Soeni Bellé expôs que a primeira proposta não  
191 é viável, sugerindo deixar o valor próximo a R\$ 200,00 (duzentos reais). Explicou que a IN  
192 propõe uma equidade, assim o auxílio moradia deve manter a mesma lógica, não reduzindo o  
193 valor que está sendo pago atualmente. Pediu a saída do grupo, pois cansou de ouvir o mesmo  
194 discurso, de que sempre os *campi* pequenos perdem em razão dos grandes. Salientou que  
195 essa não é a realidade e que o *Campus* Bento Gonçalves esta contribuindo bastante para  
196 manter a equidade do valor da assistência estudantil. A professora Migacir Trindade Duarte  
197 Flôres disse que o auxílio moradia deve ter o mesmo valor independente do *campus*, como  
198 acontece com a assistência estudantil. O professor Jesus Rosemar Borges disse que o  
199 *Campus* Rolante tem recursos para a assistência estudantil graças aos *campi* maiores. O  
200 professor Marcelo Augusto Rauh Schmitt disse que a unificação de valores deve ser realizada  
201 sugerindo a terceira proposta, para que o valor fique em torno de R\$ 220,00 (duzentos e vinte  
202 reais). Expôs que o Colégio de Dirigentes não é um órgão deliberativo, que esta decisão  
203 deveria ser tomada pela gestão ou pelo Conselho Superior – Consup, salientando que o grupo

204 está tomando uma decisão que não é de sua alçada. A professora Clarice Monteiro Escott  
205 explicou que a ideia era testar a proposta, para depois organizar uma política para ser  
206 encaminhada ao Consup. O professor Leandro Lumbieri perguntou sobre a possibilidade de  
207 reduzir o percentual da ação universal de 10% (dez por cento) para 5% (cinco por cento) e  
208 passar os 5% (cinco por cento) restantes para o auxílio moradia. O professor Fábio Azambuja  
209 Marçal respondeu que o valor da ação universal permaneceu com o intuito de manter a  
210 autonomia dos *campi*. A professora Clarice Monteiro Escott salientou que a instituição chegará  
211 num ponto de começar a delimitar o número de alunos atendidos, para conseguir atender de  
212 forma mais pontual os alunos em situação vulnerável. O professor Alexandre Jesus da Silva  
213 Machado parabenizou pela proposta e sugeriu pensar no professor do IFRS, da mesma forma  
214 que foi pensado no aluno. Explicou que para o *Campus* Rio Grande a proposta seis é a mais  
215 coerente, possibilitando que cada *campus* complemente de acordo com suas necessidades. O  
216 professor Marcelo Augusto Rauh Schmitt defendeu que as realidades dos *campi* são  
217 diferentes, mas que não existe tanta diferença entre as cidades. A professora Clarice Monteiro  
218 Escott sugeriu a proposta três, pagando um auxílio de R\$ 210,00 (duzentos e dez reais) com a  
219 possibilidade do *campus* complementar até o valor do grupo um, ou seja, R\$ 290,00 (duzentos  
220 e noventa reais). Não houve objeções. A professora Soeni Bellé sugeriu reservar um valor para  
221 o segundo semestre. O professor Mariano Nicolao solicitou a inclusão do pedagogo de Canoas  
222 no grupo. A professora Clarice Monteiro Escott solicitou um diretor da fase I e um da fase II  
223 para integrarem o grupo devido a saída dos professores Gleison Samuel do Nascimento e  
224 Soeni Bellé. Passaram a integrar o grupo os professores Leandro Lumbieri e Marcelo Augusto  
225 Rauh Schmitt, uma vez que o professor Alexandre Jesus da Silva Machado se candidatou, mas  
226 declinou em função do *Campus* Rio Grande já ter a presença do técnico-administrativo Luiz  
227 Nobre fazendo parte desta Comissão. **3. Definição de critérios para alocação de vagas**  
228 **docentes.** O professor Osvaldo Casares Pinto explicou que esta é uma tarefa que esta  
229 atrasada, lembrou que foi criado um GT que tinha como objetivo criar estes critérios, citando  
230 alguns critérios e salientando que todos são subjetivos. Acrescentou a importância de criar um  
231 instrumento que permita definir pontuações, de caráter quantitativo. Sugeriu a elaboração de  
232 uma minuta elaborada pelo Colégio de Dirigentes para posterior encaminhamento ao Consup.  
233 O professor José Eli Santos dos Santos explicou que foi estabelecida uma série de indicadores  
234 no Fórum de Desenvolvimento Institucional – FDI, citando alguns exemplos e salientando que  
235 poderiam ser um ponto de partida para o GT. O professor Marcelo Augusto Rauh Schmitt  
236 lembrou a forma de distribuições de docentes entre os departamentos da Universidade Federal  
237 do Rio Grande do Sul, mas salientou que um *campus* é diferente de departamentos. Assim,  
238 complementou que os *campi* terão um número fixo de servidores, conforme Portaria e que

239 deve-se definir uma regra para a reposição de professores que se aposentam, acontecendo  
240 assim uma disputa dentro do *campus*. Explicou a regra do *campus* e colocou o documento a  
241 disposição do grupo, salientando que a regra é baseada na carga horária de ensino e que as  
242 áreas que não dão aula, perdem professores. O professor Osvaldo Casares Pinto disse que a  
243 proposta deve ir além do que foi falado, que o *campus* deve apresentar as reais necessidades  
244 e estar cumprindo os índices estipulados. O professor Alexandre Jesus da Silva Machado  
245 explicou que o item definição de vagas é pior ou igual que os cortes orçamentários. Disse que  
246 o *campus* esta buscando ampliar as vagas, faz pesquisa, ensino e extensão e questionou se a  
247 carga horária do docente do *Campus* Rio Grande é a mesma do professor de outro *campus*. O  
248 professor Osvaldo Casares Pinto fez um histórico de divisão das vagas ocorridas na  
249 implantação da instituição, salientando que não existia um critério e isto gerou uma distorção  
250 nos *campi*. Informou que em 2013 (dois mil e treze) foi a primeira vez que definiu-se critérios,  
251 estabelecendo uma carga horária média mínima. Acrescentou ainda que os critérios do último  
252 concurso foram outros devido ao grande quantitativo de vagas, salientando que não pode-se  
253 comparar a carga horária dos *campi* já estabelecidos com os *campi* em implantação. Explicou  
254 que a ideia não é avançar nesta questão e sim definir como os critérios serão elaborados. O  
255 Diretor de Gestão de Pessoas, Marc Emerim, disse que existem duas regulamentações, a  
256 saber: Portarias 246 (duzentos e quarenta e seis) e 17 (dezessete) e que quando fala-se em  
257 tornar os docentes no mesmo patamar, é necessário ter a fundamentação da Portaria 17  
258 (dezessete). Acrescentou que quanto à alocação de vagas, existe a Portaria 246 (duzentos e  
259 quarenta e seis), que obriga que 80% (oitenta por cento) do quantitativo de pessoal deve estar  
260 alocado em cada uma das unidades, garantindo o funcionamento mínimo destas. Acrescentou  
261 também que para atingir a plenitude de cada unidade a discussão é diferenciada. O professor  
262 Juliano Cantarelli Toniolo explicou que o *Campus* Caxias do Sul está chegando à plenitude e  
263 recebe o apelo interno por mais vagas. Acrescentou que entende que não tem mais códigos  
264 disponíveis e perguntou qual o encaminhamento para atingir a plenitude neste período de  
265 contingenciamento. O professor Fábio Azambuja Marçal salientou a necessidade de verificar  
266 critérios para todos os *campi* de acordo com as diferentes realidades. O professor Osvaldo  
267 Casares Pinto explicou que o objetivo é ter critérios para, no momento que a instituição receber  
268 novos códigos, fazer a alocação. Acrescentou também que existem *campi* com professores em  
269 áreas que não existe necessidade e que estas distorções precisam ser corrigidas. O professor  
270 Gleison Samuel do Nascimento disse que entende que estes critérios devem ser homologados  
271 e aprovados pelo Consup e que a Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional – Prodi deve  
272 elaborar a minuta, levando em consideração os critérios já discutidos e elaborados em outras  
273 situações, e encaminhar ao Colégio de Dirigentes para contribuições. O professor Osvaldo

274 Casares Pinto disse que é necessário criar critérios quantitativos, pois os grupos trabalharam  
275 apenas com critérios qualitativos. O professor José Eli Santos dos Santos salientou a  
276 importância de ter critérios pré-estabelecidos para que, no momento em que a instituição  
277 receba novos códigos, possa fazer a alocação. Fez uma explanação sobre os critérios  
278 utilizados na distribuição das últimas vagas. O professor Osvaldo Casares Pinto procedeu a  
279 leitura do documento elaborado pelo GT, salientando que são puramente qualitativo e  
280 transformá-los em quantitativos não é fácil. O professor Mariano Nicolao sugeriu levar em  
281 consideração os indicadores apresentados no Relatório de Gestão e os critérios apresentados  
282 a este grupo no ano anterior. Expôs algumas preocupações com relação à integralização dos  
283 cursos aprovados pelo Consup e com o estudo de viabilidade aceito pela Prodi. Acrescentou  
284 ainda que a Setec trabalha apenas com a relação aluno-professor – RAP, não levando em  
285 consideração outros indicativos. O professor Osvaldo Casares Pinto explicou que a Setec  
286 utiliza indicadores que consegue aferir facilmente, por isso trabalha com a RAP. Acrescentou  
287 que a instituição consegue trabalhar com a carga horária. O professor Mariano Nicolao disse  
288 que a carga horária apenas tangencia, que é necessário trabalhar com outros critérios. O  
289 professor Osvaldo Casares Pinto salientou a necessidade de criar uma metodologia e não  
290 avançar na discussão dos critérios. O professor Odair José Spenthof sugeriu criar ações para  
291 os cursos que não atingiram seus objetivos, inclusive fechar cursos caso seja necessário.  
292 Acrescentou também que muitas pessoas estão na instituição errada, que estão na instituição  
293 pensando apenas em fazer pesquisa ou extensão. Disse que deve-se pensar no ensino e ter  
294 uma pontuação forte para este, que é o centro da instituição. Parabenizou pela iniciativa de  
295 elaborar critérios para a distribuição de vagas. O professor José Eli Santos dos Santos explicou  
296 que a instituição está sendo cobrada pela Controladoria-geral da União - CGU pela gestão de  
297 risco. Explicou que o Relatório de Desenvolvimento Institucional não está atrelado à oferta de  
298 professores e disse que é necessário fazer a gestão de risco, visto que um curso não terá  
299 demanda infinita, e a infraestrutura e pessoal devem ser realocados e aproveitados por outro  
300 curso. O professor Mariano Nicolao explicou que em algum momento deve ser especificado  
301 que a aprovação de cursos não implica na alocação de vagas. O professor Eduardo Giroto  
302 salientou que a grande maioria dos professores não fazem pesquisa e extensão. Explicou que  
303 a instituição é de ciência e tecnologia, ou seja, a função da instituição é fazer, além do ensino,  
304 pesquisa e extensão. O professor Odair José Spenthof explicou que quando o docente não  
305 quer assumir carga horária, justifica que faz pesquisa e extensão. Acrescentou também que  
306 ninguém no *campus* é capacitado para fazer pesquisa de demanda, visto que existem  
307 metodologias para elaborar isso. A professora Soeni Bellé disse que às vezes é feito um bom  
308 Relatório de Desenvolvimento Institucional, mas mesmo assim o curso não tem a procura

309 esperada, citando um curso do *campus*. Salientou a importância do *campus* definir as suas  
310 áreas de atuação. O professor Eduardo Echevengua Barcellos citou um exemplo do *Campus*  
311 Feliz, salientando que a carga horária do curso técnico subsequente é muito alta, próxima à do  
312 curso superior, e de acordo com a realidade da região, resulta na baixa procura pelo curso  
313 técnico subsequente. Apresentou também a dificuldade de prever as ações a serem tomadas  
314 com este curso, pois não se sabe a condição do IFRS com relação a código de vaga para  
315 docentes nos próximos anos. O professor Osvaldo Casares Pinto salientou a necessidade de  
316 observar as cargas horárias do catálogo. O professor Leandro Lumbieri apresentou o trabalho  
317 realizado no *campus* para aprovar a oferta de cursos integrandos, salientando a importância de  
318 ser o mais técnico possível e basear-se em pesquisa e números para justificar a abertura de  
319 cursos. O professor Osvaldo Casares Pinto finalizou o assunto encaminhando que a minuta  
320 será elaborada pela Prodi, será apresentada ao Colégio de Dirigentes e posteriormente, será  
321 encaminhada ao Consup, com prazo para elaboração de 60 (sessenta) dias, com possibilidade  
322 de prorrogação. **4. Atendimento à Portaria 28.** A professora Tatiana Weber apresentou o valor  
323 que a instituição esta autorizada a empenhar nas despesas da Portaria 28 (vinte e oito), que é  
324 o limite do IFRS. Explicou que não existe a opção de não cumprir a portaria. Acrescentou que é  
325 necessário que a instituição tenha um plano para chegar ao limite estipulado. Apresentou a  
326 preocupação com relação ao orçamento, salientando que a instituição não tem orçamento para  
327 cumprir com seu custeio, sendo assim, é necessário rever o custeio. Acrescentou que a  
328 instituição possui 80% (oitenta por cento) do valor executado no ano anterior para executar no  
329 corrente ano. Salientou a necessidade de ter algo palpável e decidido em consenso. O  
330 professor Mariano Nicolao perguntou se existe a possibilidade de propor alteração do limite à  
331 Setec, visto que no ano anterior os *campi* reduziram vários postos de trabalho e reduzir mais é  
332 complicado. A professora Tatiana Weber explicou que o Conif está encaminhando uma  
333 solicitação à Setec com justificativas a partir de um levantamento do Fórum de Planejamento –  
334 Forplan. Acrescentou que a justificativa da instituição é o levantamento de necessidades  
335 realizado no início do corrente ano e disse que acredita que poderia tencionar até o valor  
336 executado no ano anterior. O professor Osvaldo Casares Pinto explicou que no corrente ano a  
337 instituição possui mais gastos, devido aos *campi* da fase III. O Marcelo Augusto Rauh Schmitt  
338 apresentou a preocupação com uma nova redução de valores, visto que as empresas podem  
339 não concordar com a redução, perguntando se pode abrir mão da licitação. A professora  
340 Tatiana Weber respondeu que isto pode ser justificado, conforme conversa com o procurador.  
341 O professor Marcelo Augusto Rauh Schmitt solicitou esclarecimentos sobre a redução do valor  
342 para cada *campus*. A professora Tatiana Weber explicou que o limite para o IFRS é 80%  
343 (oitenta por cento) do ano anterior e que naquele ano a instituição não tinha os custos de

344 contratos de 4 (quatro) *campi*, citando o exemplo do *Campus Rolante*, que executou menos de  
345 R\$ 20 (vinte) mil reais, sendo difícil executar 80% (oitenta por cento) desse valor. Salientou a  
346 importância de chegar a uma fórmula que compensasse isso e, na reunião do Comitê de  
347 Administração, chegou-se a conclusão de trabalhar numa redução proporcional igual para  
348 todos os *campi* a partir do planejamento. O professor Fábio Azambuja Marçal disse a situação  
349 orçamentária e financeira do *campus* é dramática e este é o momento que exige um movimento  
350 de solidariedade, de pensamento no IFRS. Sugeriu manter o que é indispensável para os  
351 *campi*, cortando motorista, recepção e copeira. Acrescentou que o *campus* previu para o  
352 corrente ano apenas vigilância e limpeza. A professora Migacir Trindade Duarte Flôres  
353 apresentou o planejamento dos contratos do *campus*, salientando que os contratos sofrem  
354 reajustes e muitos têm apenas uma pessoa trabalhando. Apresentou também uma situação,  
355 ocorrida no *campus*, relacionada à limpeza. Disse também que entende que tenha que  
356 encaminhar justificativas à Setec, pois não dá para ficar cortando gastos. O professor Gleison  
357 Samuel do Nascimento salientou a importância de encaminhar o ofício encaminhado à Setec  
358 para a comunidade, tornando a comunicação transparente. Falou também da necessidade de  
359 cobrar uma resposta da Setec sobre o assunto. Expôs que no ano anterior, quando a  
360 instituição recebeu a matriz Conif o discurso era “a gente está cortando hoje para não  
361 contingenciar”, e que agora fala-se em contingenciamento novamente. Salientou a necessidade  
362 de cobrar o cumprimento do acordo. Propôs por elencar prioridades dentro dos *campi* para  
363 manter o funcionamento dos mesmos e a partir daí encaminhar para os cortes necessários,  
364 não fazendo corte linear. Apresentou os cortes realizados no *campus*. O professor Jesus  
365 Rosemar Borges concordou com a fala do professor Gleison Samuel do Nascimento e  
366 apresentou alguns cortes realizados no *campus*. Questionou se, cortando 20% do planejado,  
367 consegue-se chegar ao valor necessário. A professora Tatiana Weber disse que tem que  
368 chegar a 74,6% (setenta e quatro vírgula seis por cento) do planejado. Apresentou os valores  
369 dos contratos terceirizados e do que precisa ser reduzido. O diretor Claudino Andrighetto  
370 apresentou os ajustes realizados no *campus* para se adequar ao valor, explicando a  
371 necessidade de ter um mínimo factível por *campus* com relação à vigilância e limpeza.  
372 Apresentou sua preocupação com o que acontecerá no próximo ano. A professora Tatiana  
373 Weber explicou que no corrente ano não teve contingenciamento e sim bloqueio, salientando  
374 que é como se a LOA tivesse diminuído. O diretor Claudino Andrighetto perguntou qual é o  
375 índice que cada *campus* deverá reduzir para se adequar ao contingenciamento e apresentou  
376 algumas especificidades do *campus*. A professora Soeni Bellé disse que a instituição deve  
377 buscar tencionar a Setec para ficar com o limite do ano anterior, salientando que se adequar a  
378 redução do orçamento no ano anterior já foi um problema. Disse também que não existe a

379 possibilidade de reduzir segurança, apresentando alguns problemas. O professor Odair José  
380 Spenthof disse que esta situação não pode ser desligada do processo realizado no ano  
381 anterior, visto que alguns trabalhos realizados naquele ano foram bons e os que fizeram seu  
382 trabalho serão penalizados novamente. Apresentou alguns problemas no *campus* e algumas  
383 sugestões de soluções, como a abertura de edital para trabalho voluntário, corte de visitas  
384 técnicas e redução de estagiários. Salientou que toda a justificativa deve ter uma mobilização  
385 política, sugerindo apresentar a situação à bancada gaúcha. Também sugeriu trabalhar até  
386 outubro e depois passar o problema para a Setec. Salientou a importância de manter os  
387 serviços essenciais, citando os apontamentos do Ministério Público. O professor Gilberto Luiz  
388 Putti apresentou algumas ações realizadas no *campus* e questionou se todos os *campi*  
389 realizaram os cortes necessários, solicitando transparência no processo. Sugeriu empenhar o  
390 necessário, visto que é necessário à comunidade e perguntou qual ação é pior, não atender a  
391 portaria ou fechar o *campus*. Os professores Osvaldo Casares Pinto e Marcelo Augusto Rauh  
392 Schmitt responderam que o não cumprimento da portaria gera um processo de improbidade  
393 administrativa e é o gestor que paga. O professor Leandro Lumbieri explicou a metodologia  
394 utilizada para fazer os cortes necessários no *campus* e as ações que estão sendo realizadas.  
395 Salientou que está sendo cobrado que os outros *campi* não estão fazendo os cortes  
396 solicitados, e disse que o *Campus* Farroupilha não pode ser o único a fazer os ajustes  
397 necessários. A professora Tatiana Weber disse que existe uma planilha com os valores de  
398 todos os *campi*, dando transparência ao assunto. O professor Alexandre Jesus da Silva  
399 Machado apresentou uma situação quando era diretor da Colégio Técnico Industrial da  
400 Universidade Federal de Rio Grande. Salientou que o *campus* está no limite, que não tem mais  
401 o que cortar, que todos já colaboraram e que talvez a única solução é fechar o IFRS quando  
402 atingir o limite. O professor Juliano Cantarelli Toniolo apresentou os cortes realizados no  
403 *campus*. Questionou se algum *campus* fornece os insumos de limpeza com recursos de custeio  
404 e não inclusos no contrato de serviço, pois esta opção reduziria o valor do contrato. O  
405 professor Marcelo Augusto Rauh Schmitt salientou que cada *campus* deve cortar a sua  
406 porcentagem, apresentando a situação pontual do *campus* com a necessidade de contratação  
407 de intérprete de libras. Salientou também a necessidade de efetivar os cortes agora, pois  
408 quanto mais se espera, pior fica. Disse que é importante fazer pressão junto à Setec, mas não  
409 adianta achar que a instituição vai conseguir o dinheiro de volta. O professor Gleison Samuel  
410 do Nascimento salientou que a decisão apresentada foi tomada em reunião do Comitê de  
411 Administração – Coad, mas os ordenadores de despesa são os diretores, portanto a decisão  
412 deve ser tomada por este grupo. O professor Osvaldo Casares Pinto disse que é por este  
413 motivo que o assunto está em pauta. O professor Mariano Nicolao perguntou se o que deve ser

414 reduzido é apenas o que está especificado na portaria 28 (vinte e oito) ou pode ser  
415 compensado com outro serviço. A professora Tatiana Weber explicou que isto foi o maior  
416 embate do Forplan com a SPO, no sentido de dar o limite e deixar o gestor definir onde cortar.  
417 Acrescentou que a portaria é do Ministério do Planejamento e que o MEC está submetido a ela.  
418 O professor Fábio Azambuja Marçal apresentou a situação da segurança no *campus* e sugeriu  
419 pensar num kit básico para cada *campus* e a partir deste kit, verificar as especificidades. A  
420 professora Tatiana Weber salientou que se a instituição não atender a portaria esta sujeita a  
421 um processo de improbidade. Disse também que não existe a possibilidade de compensar os  
422 cortes em outras despesas, visto que a portaria especifica as mesmas. Disse que o ofício será  
423 encaminhado ao MEC e apresentou os cortes realizados na Reitoria. Explicou que se tentou  
424 um encaminhamento para deixar que cada *campus* tomasse as decisões, mas que isto não  
425 está sendo suficiente. Salientou a importância de definir o limite de cada unidade. O professor  
426 Osvaldo Casares Pinto salientou que a instituição só pode empenhar dentro do limite  
427 estabelecido, não tendo outra opção. Acrescentou que tentará reverter a situação junto à  
428 Setec, mas acredita que isto não tenha efeito, visto que o limite foi aplicado para todos os  
429 institutos e universidades, inclusive para a Setec. A professora Tatiana Weber disse que é  
430 necessário formalizar o limite de cada Unidade Gestora – UG. O professor Gilberto Luiz Putti  
431 sugeriu que todos empenhem até o limite e quando não der mais, feche a unidade. O professor  
432 Fábio Azambuja Marçal sugeriu criar um GT para elaborar critérios, citando algumas situações  
433 desiguais entre as unidades. O professor Marcelo Augusto Rauh Schmitt explicou que o  
434 orçamento das unidades é carimbado e o que poderia ser negociado, já foi negociado.  
435 Acrescentou que cada um deve cortar o que tem que cortar. Acrescentou também que existem  
436 duas opções a serem tomadas: cortar economizando ou trabalhar até setembro, quando  
437 termina o recurso. Salientou que o corte deve ser proporcional ao orçamento. O professor  
438 Fábio Azambuja Marçal salientou que os *campi* em implantação não podem ser comparados  
439 aos demais *campi*, visto que a necessidade é a mesma e o orçamento é menor. A professora  
440 Tatiana Weber disse que será realizado um estudo sobre a viabilidade de contratar veículo com  
441 motorista, reduzindo assim gastos com seguro, motorista, combustível, salientando que esta é  
442 uma saída de médio prazo. Disse que apenas os *Campi* Farroupilha, Osório e Rolante se  
443 adequaram aos limites da portaria. Salientou que o problema é contrato terceirizado e não é as  
444 diferentes fases de implantação dos *campi*. O professor Gleison Samuel do Nascimento  
445 apresentou alguns valores de contratos de estagiários, motoristas e cópias excedentes de  
446 locação de impressoras, salientando que estes poderiam ser reduzidos ou cortados. O  
447 professor Marcelo Augusto Rauh Schmitt disse que quem tem que cortar é a comunidade do  
448 *campus* e não um grupo de fora da unidade. O professor Osvaldo Casares Pinto sugeriu

449 analisar os contratos em andamento, verificando onde pode cortar e o que representa de  
450 economia cada corte. Disse que existem duas propostas: proposta apresentada pela  
451 professora Tatiana Weber ou a proposta do GT sugerida pelo professor Fábio Azambuja  
452 Marçal. O professor Fábio Azambuja Marçal salientou que o corte linear não é justo e que os  
453 *campi* em implantação não podem ser comparados com os *campi* já estabelecidos. Sugeriu  
454 pensar numa unidade, no IFRS, criando um kit mínimo para cada *campus* e tendo um olhar  
455 panorâmico para evitar desigualdades. A professora Tatiana Weber informou que existem  
456 discrepâncias nos valores dos contratos entre os *campi*, ou seja, o pacote mínimo não custa  
457 igual em todas as unidades. O professor Osvaldo Casares Pinto colocou as propostas em  
458 votação: manutenção da decisão do Coad, apresentada pela professora Tatiana Weber, 9  
459 (nove) votos; proposta de criação de um GT, sugerida pelo professor Fábio Azambuja Marçal, 4  
460 (quatro) votos; abstenções, 8 (oito) votos. Aprovada a proposta apresentada pela professora  
461 Tatiana Weber, que estipula um limite para cada unidade. A professora Tatiana Weber disse  
462 que será encaminhado um memorando para cada *campus* informando seus limites. O professor  
463 Osvaldo Casares Pinto salientou que esta é a solução de momento, que cada *campus*  
464 receberá seu limite fixado e decidirá como lidar com esse limite. **5. Assuntos Gerais. 5.a)**  
465 **Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica – Sict.** O professor Marcelo Augusto Rauh  
466 Schmitt sugeriu reduzir os gastos com o Sict. O professor Eduardo Giroto disse que estão  
467 trabalhando na redução dos gastos do evento, mas não no cancelamento, pois o Conselho  
468 Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e a Fundação de Amparo à  
469 Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul – Fapergs exigem esse evento, devido à concessão  
470 das bolsas de pesquisa. **5.b) Convênios.** O professor Marcelo Augusto Rauh Schmitt expôs que  
471 no novo Regimento, em seu art. 54 (cinquenta e quatro) existe a delegação de competência  
472 para o diretor firmar convênios e que a IN coloca que o convênio deve ser encaminhado à  
473 Reitoria. Recomendou modificar a IN e seguir o regimento, pois este é maior. O professor  
474 Eduardo Giroto explicou que a IN está sendo revisada e está seguindo esta tendência de ter a  
475 delegação de competência. Às dezoito horas e quarenta minutos o professor Osvaldo Casares  
476 Pinto agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão. Nada mais havendo a  
477 constar, eu, Viviane Campanhola Bortoluzzi, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada  
478 será assinada por mim e pelos presentes. Bento Gonçalves, dezesseis de maio de dois mil e  
479 dezessete.

Viviane Campanhola Bortoluzzi \_\_\_\_\_

Osvaldo Casares Pinto \_\_\_\_\_

Alexandre Jesus da Silva Machado \_\_\_\_\_

Clarice Monteiro Escott \_\_\_\_\_  
Claudino Andrighetto \_\_\_\_\_  
Eduardo Angonesi Predebon \_\_\_\_\_  
Eduardo Echevengua Barcellos \_\_\_\_\_  
Eduardo Giroto \_\_\_\_\_  
Erik Schüler \_\_\_\_\_  
Fábio Azambuja Marçal \_\_\_\_\_  
Getúlio Jorge Stefanello Júnior \_\_\_\_\_  
Gilberto Luiz Putti \_\_\_\_\_  
Gleison Samuel do Nascimento \_\_\_\_\_  
Jesus Rosemar Borges \_\_\_\_\_  
José Eli Santos dos Santos \_\_\_\_\_  
Juliano Cantarelli Toniolo \_\_\_\_\_  
Leandro Lumbieri \_\_\_\_\_  
Marcelo Augusto Rauh Schmitt \_\_\_\_\_  
Marc Emerim \_\_\_\_\_  
Mariano Nicolao \_\_\_\_\_  
Migacir Trindade Duarte Flôres \_\_\_\_\_  
Odair José Spenthof \_\_\_\_\_  
Soeni Bellé \_\_\_\_\_  
Tatiana Weber \_\_\_\_\_